

1
2

Reunião Ordinária do CIAMP Rua/PR – 12/11/2019

3 No décimo segundo dia do mês de novembro, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos,
4 s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e
5 Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR.
6 Fizeram-se presentes nesta reunião, conforme convocação prévia: **Representantes Governamentais**
7 **Titulares: Dulce Maria Darolt** (Secretaria de Estado de Justiça, Família e Trabalho – SEJUF), **Lucimar**
8 **Pasin de Godoy** (SESA/DRC), **Patricia Cavicholo Tortato** (SEJUF/DAS/CPSE), **Denise Lisboa de**
9 **Almeida** (COHAPAR/DVAC), **Edilaine C. Aguirre** (DPU), **Amélia Cabral Alessi** (SEJUF/DEDIF).
10 **Titulares da Sociedade Civil: Vanessa de Souza Lima Dalberto** (INRUA), **Julia Mezarobba Ferreira**
11 (CRP), **Antonia Maria Mochi Maia** (pastoral do Povo de Rua), **Carlos Umberto dos Santos** (MNPR).
12 Convidados e Colaboradores: Professora **Neiva Silvana Hack** (UNINTER), **Patrícia Irene Valério**
13 (MNPR), **Rafael Mendonça de Paula** (Centropop – Campo Largo), **Elaine Aparecida de Andrade Lima**
14 (UNINTER), **Maria Luiza Andraus** (Pastoral do Povo de Rua), **Elizeu dos Santos** (Mãos Invisíveis). **1.**
15 **Abertura:** Cumprimentando a todos os presentes, Dulce Maria Darolt, deu início à Reunião explicando
16 que ela acrescentou na lista de presença, depois dos membros, o nome das pessoas que mais
17 frequentam as reuniões, é só assinar. **1.** Dulce apresenta o material que chegou de Brasília, 20 cartazes
18 da Declaração Universal de Direitos Humanos, e quem quiser poderá levar para expor nas suas
19 organizações; se precisarem mais, poderemos fornecer, pois estão na coordenação. **2. Aprovação da**
20 **Pauta:** Dulce solicita inserção de pauta no ponto 4 para o relato sobre o Seminário e oficina em pró
21 convivência familiar, que a Patricia da Sejuf/DAS/CPSE a qual participou do mesmo se propôs a expor o
22 que lá ocorreu. E no ponto 5 tem uma sugestão do Leonildo para a construção de uma Política Estadual
23 da População em situação de rua no estado do Paraná. No item 6. UNINTER – Prof^a. Neiva se propôs na
24 reunião passada a fazer um Levantamento atualizado do CADÚNICO no Paraná – público sobre as
25 pessoas em situação de rua. No ponto 7 o João Victor e a Julia tinham se proposto á três meses que
26 eles iriam neste mês fazer a apresentação, mas não estão presentes até o presente momento; está na
27 pauta e provavelmente eles cheguem mais tarde, **pauta aprovada** por todos. **3. Aprovação da Memória**
28 **do mês de Outubro de 2019** – Aprovada. **4. Relato do Seminário e Oficinas do: Conexões em Pró**
29 **da Convivência Familiar e Comunitária da Terra dos Homens – Patrícia / DAS/CPSE;** Patricia relata
30 que no seminário falaram de várias questões sobre o assunto “família”, além disso, como estava
31 previsto, foi incluído o tema sobre pessoas em situação de rua e falaram de dois projetos que estão
32 sendo feitos, um é do Pequeno Nazareno de Fortaleza, eles fazem acolhimento de crianças e
33 adolescentes só população de rua e tem todo o trabalho de centralidade na família, de buscar a família
34 dessas crianças e adolescentes, fazem toda a retomada na busca pela família extensa a busca pela
35 família de origem que é um parâmetro da assistência social, fazem um trabalho conjunto com outras
36 políticas não só o acolhimento mas os demais outros serviços da rede assistencial. Houve a fala de uma

3
4
5



7
8
9

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

36 técnica do Rio de Janeiro de uma região bem precária, que é do CAPS de onde veio essa demanda de
37 mulheres grávidas usuárias de crack que estavam na rua, iriam ter seu bebê e não tinham lugar para
38 ficarem ou fazerem os tratamentos. Então eles fizeram na época com dinheiro da poprua uma casa de
39 acolhida só pra essas mulheres. O trabalho foi desenvolvido e algumas deixavam de usar a substância
40 outras não. Trabalham com elas também a redução de danos. O ponto negativo é que quando mudou o
41 governo, mudou a gestão e fecharam a casa e não tinham onde colocar essas mulheres. Havia o
42 dinheiro, tinha o recurso, mas não se sabe o que houve que não deram continuidade ao trabalho e
43 tiveram que de alguma forma colocar essas mulheres em outros lugares. Este foi um exemplo de um
44 trabalho feito de forma super positiva mas não deram continuidade. Nas oficinas foram dois relatos de
45 pessoas em situação de rua que se teve, e outro de acolhimento de criança adolescente, mas a segunda
46 etapa foi específico de população em situação de rua. Nos outros 2 dias teve outras oficinas e dentro das
47 oficinas Patricia diz que percebeu que são questões muito comuns entre os Estados, são metodologias
48 diferentes, tinha gente de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, mas os problemas são os
49 mesmos dentro da assistência social. Essa coisa de as vezes o juiz ou a parte jurídica não ter conexão
50 com a família de origem. Vão levar o resultado das discussões das oficinas com os assuntos trabalhados
51 para o CONANDA. Foi criado um fluxo de atendimento preventivo e um fluxo pós acolhimento e não só
52 para a população de rua mas em geral criança e adolescente. Patricia relata que dia 14 de novembro
53 terá um encontro no Rio de Janeiro específico sobre pessoas em situação de rua, eles vão tentar
54 construir um fluxo para o atendimento de mulheres grávidas em situação de rua e vão levar para o
55 CONANDA também. A parte do fluxo que foi feita mais para o preventivo e o pós acolhimento, eles vão
56 tentar levar para a próxima que vai ter no Rio de Janeiro, foi bom pois as oficinas renderam boas idéias,
57 sendo importante levá-las em frente. Foi comentado entre os representantes o futuro das crianças e
58 adolescentes, o preparo, a moradia para os mesmos que saem de um orfanato e não tem moradia.
59 Naturalmente ele saíra do orfanato e se tornara uma pessoa em situação de rua pelo fato de não ter
60 moradia nem estrutura. Por esse motivo foi feito o fluxo de pós acolhimento. A solução seria moradia
61 para essas crianças, estariam encaminhadas. Foi ressaltado que também tem a parte de trabalho e o
62 Projeto Nazareno trabalha com isso com a parte de emprego para que esses jovens tenham uma
63 estrutura. Dulce diz o quão é importante os técnicos se unirem nas reuniões para debater, buscar
64 soluções para os problemas cotidianos tanto de pessoas em situação de rua, crianças, adolescentes tem
65 que se priorizar essa retomada da família. Patricia comenta que muitas mulheres grávidas não procuram
66 ajuda pelo medo de depois que nascer a criança tirarem da mãe pelo fato de não ter estrutura social,
67 financeira e psicológica; por esse motivo muitas deixam de fazer até mesmo o pré – natal. Patricia relata
68 um caso de uma mulher que é o segundo filho que lhe foi tirado, e ela está com um problema psicológico
69 sério por causa disso; outra questão é o acolhimento de muitas crianças pela negligência dos pais. O
70 Seminário Conexões, teve vários encontros, dois para tratar somente de crianças de pais encarcerados,
71 entre outros. Todos esses trabalhos serão levados para CONANDA, para garantir o não engavetamento
72 dos mesmos. Foi feito um trabalho com voluntários de algumas Ongs, com alguns dados atuais para
73 poder passar nesse treinamento, levantando os seguintes dados: em Curitiba hoje tem 10 vagas na casa

74 de mulheres, 5 vagas para mulher no Bairro Novo, e 5 vagas no Sítio Cercado. Uma está grávida e a
75 outra está com um bebê pequeno. Este é um ponto em que não se sabe o que tem que ser feito.
76 Segundo informação da dra. Ana Carolina do consultório na rua, se estima ter pelo menos 600 mulheres
77 em situação de rua que são atendidas pelo consultório, e entra na porcentagem do estudo Nacional que
78 fala que a média varia entre 12 e 17% das pessoas que estão em situação de rua são mulheres. Um dos
79 representantes diz que alguns municípios estão fazendo recorte da política da assistência social, estão
80 dividindo pessoas de idade, estão fazendo coisas que na política de assistência social está errado. Uma
81 das presentes na reunião do CIAMP, diz que provavelmente no próximo ponto de pauta pode ser
82 pensado em colocar uma verba para a política estadual poprua, para ser direcionado também a estas
83 questões. Um dos membros do CIAMP comenta que como representantes do CIAMP RUA os mesmos
84 tem direitos de saber o que está acontecendo na política social, o que está acontecendo que as pessoas
85 não estão conseguindo um alcance da política social. A representante diz que as políticas devem
86 trabalhar em conjunto, que precisa ser intersectorial. Todos concordam com isso. **4. Construção de uma**
87 **Política Estadual:** Dulce Darolt diz que sobre esta pauta indicada pelo Sr. Leonildo, gostaria de lembrar
88 que desde o início do ano já havia levado ao Comitê a necessidade do Plano Estadual da Política.
89 Mesmo porque isso está previsto no decreto de criação do CIAMP. Agora o Leonildo solicitou a criação
90 da política estadual e que seja criada com orçamento. Dulce explicou que na realidade a política estadual
91 não foi criada na lei; que o Estado fez a Adesão a Política Nacional e o CIAMP RUA criado por decreto,
92 mas não temos ainda a Política Estadual estabelecida pelo legislador. Dulce ressalta que tem observado
93 que os municípios estão criando tudo através de decreto, porque o nacional é decreto. Umuarama entrou
94 em contato para vermos a minuta da proposta de legislação deles; eles estão criando só o CIAMP, os
95 quais serão orientados, caso queiram, criarem a política juntamente, mesmo já tendo realizado a adesão
96 a política nacional. Fazer a adesão é uma etapa diferente de criar a política. No Estado também temos a
97 legislação do decreto do CIAMP mas não temos a política criada. A representante pergunta o que o
98 CIAMP pode fazer pra tentar colocar essa pauta dentro da assembleia legislativa? Dulce responde que
99 tem que ser feito uma minuta de projeto de lei que tramitará internamente na SEJUF, se for aprovada
100 pelo executivo da Pasta, só então irá para a Casa Civil, que encaminhará ao Legislativo para ser
101 aprovada. Dulce explica também, que pensando em todas as questões com a ideia de criar um plano
102 estadual, ela trouxe um plano estadual da população em situação de rua de outro Estado, que foi
103 disponibilizado em consulta pública online em final de 2018 pelo Estado do Ceará. Dulce trouxe para os
104 representantes para eles terem uma ideia como é criado um plano estadual, e o Ceará tem a lei de
105 criação da política no final do plano (estabelecendo na mesma lei, a criação da política estadual e do
106 Plano Estadual para a população em situação de rua). Transformar isso em lei seria uma garantia até
107 para o próprio funcionamento do CIAMP. Dulce explica a diferença de plano estadual para política
108 estadual, a política estadual é uma política legalmente instalada no estado para que o estado possa



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

17
18
19

109 desenvolvê-la, o plano estadual é como vai desenvolver aquela política, envolve no plano estadual os
 110 atores responsáveis por desenvolver a política, bem como as diretrizes do que precisa ser feito, a
 111 legalidade para fazer, e as ações. Dulce lembra ao Comitê, que já havia falado em fevereiro, está
 112 anotado em ata, que já tinha proposto fazer um plano estadual, porque está previsto no decreto. O Plano
 113 Estadual, Dulce sugere que seja pelo período mínimo de quatro anos, não menos que isso, por que é um
 114 projeto de longo prazo. Se for só a política sem o plano a política é um projeto de lei e o plano estadual
 115 depois de aprovado também pode ser pedido pra ser transformado em lei. Virando lei, ele tem que ser
 116 cumprido e o decreto também deve ser cumprido. Outrossim, explica que o executivo tem prerrogativa
 117 de alterar itens na própria lei, caso seja necessário, desde que passe pelo legislativo. O Plano Estadual
 118 do Ceará a previsão dele é de 2019 a 2022 para cumpri-lo. Na sequência a coordenadora do CIAMP
 119 discorre sobre a construção do Plano Estadual da Política do Ceará: são colocados os representantes
 120 institucionais, equipe de elaboração participantes das oficinas por eixo de trabalho, do eixo habitação e
 121 gestão e quais representantes participaram da oficina pra dizer o que queriam entrar naquele eixo de
 122 habitação e gestão, saúde e gestão e tem identificado quais os órgãos que participaram para esse eixo
 123 de saúde e gestão, interessante é que eles juntaram alguns assuntos educação, assistência social e
 124 gestão, segurança, cultura, esporte, lazer e gestão, outro eixo, sumário o diagnóstico. Outro
 125 representante diz que é interessante colocar como sugestão um projeto de lei, dar uma estudada durante
 126 esse mês para pautar o estudo desse exemplo para a próxima reunião, para já vir embasado, podendo
 127 ser discutido um pouco melhor, de que forma o CIAMP pode fazer ou participar de uma configuração
 128 dessas no Paraná. Dulce Darolt sugere que passem pelo plano agora, e mostra para os mesmos o que
 129 contém em um plano : ações estratégicas por política pública, educação, assistência social e gestão,
 130 segurança, cultura, esporte, lazer junto segurança alimentar. A gestão do plano normalmente fica
 131 encarregada a secretaria que coordena o comitê e a política, a qual cobra das outras secretarias que
 132 entraram nos eixos pra desenvolver essas ações, os resultados e os impactos sociais esperados, dentro
 133 dos indicadores do Plano Estadual, e as sistemáticas de monitoramento e avaliação, junto ao catalogo
 134 de indicadores de monitoramento e acompanhamento, e o cronograma de execução. No final do Plano
 135 deverão constar as referencias bibliográficas, anexos, com decreto da instituição da política e do CIAMP,
 136 bem como as identificações teóricas. Dulce demonstra o Plano Estadual, por meio de apresentação no
 137 telão, bem como, por cópia física, para todos se apropriarem do conteúdo do mesmo: apresentação, os
 138 princípios, introdução, diagnóstico com gráficos, o mapa de risco, os municípios que fizeram esse
 139 levantamento eles elencam os nomes dos municípios, no primeiro gráfico distribuição da população em
 140 situação de rua segundo a origem, residente na cidade, migrantes, distribuição da população por ciclo de
 141 vida, criança, adolescente, jovem, adulto e idoso, distribuição da população em situação de rua segundo
 142 a etnia branco, pardo, negro, índio, amarelo e até os sem informação. Dulce acha interessante analisar
 143 esta minuta disponibilizada por outro Estado, pois se tem a ideia de um plano para a população de rua
 144 do estado. Então será preciso de um grupo de trabalho grande, pois teremos muito trabalho a fazer.
 145 Como os gráficos, análise de censos, analisar informações; as atribuições do que cada secretaria irá
 146 fazer, para isso terão que fazer reunião individual com os representantes técnicos de cada órgão. E

147 depois de um ano de funcionamento do Plano Estadual, é mandado um e-mail com a parte que ficou
148 para a assistência social por exemplo, solicita: “preciso saber das ações da assistência social o que foi
149 cumprido durante esse primeiro ano?” A assistência social vai responder “ tal ação foi cumprida
150 parcialmente, cumprimos o restante nos seguintes anos ...” E também a saúde perguntando: quais
151 ações vocês cumpriram daquilo que vocês estabeleceram no plano? Eles respondem, tais ações foram
152 cumpridas e continuaremos a cumprir ações de continuidade. Então dependendo de cada secretaria
153 eles vão dar as respostas e temos o respaldo pra cobrar pois eles mesmo disseram lá na construção do
154 plano o que eles iram fazer. Dulce pergunta se o CIAMP quer fazer uma minuta de criação da política
155 estadual, ou já faz um plano? Dulce sugere em estabelecer os eixos. Depois com os eixos prontos
156 poderão fazer video conferencia com os escritórios regionais, pedir pra eles chamarem os municípios e
157 pra eles dizerem o que é preciso para a população em situação de rua daquela região e juntar aquelas
158 questões, compilar todas elas, por ação de interesse. Depois levar para a reunião com os órgãos. Depois
159 que é levado para os órgãos é colocado em consulta publica e na consulta publica podem vir outras
160 sugestões. Conclui que criar um Plano Estadual é trabalhoso mas necessário. Diante de tudo isso foi
161 colocado em pauta a proposta do Leonildo, sobre a Construção da Política Estadual da População de
162 Rua do Paraná, que segundo ele para ser aprovada esse ano com orçamento, para que já entre no
163 orçamento do próximo ano. Leonildo não compareceu, mas Carlos, seu suplente, explica este plano para
164 os demais: o plano é criar recursos para atender outros municípios, se em Curitiba já existe uma
165 dificuldade de atuação imagine nos municípios pequenos. Dulce diz que dentro disso tudo o ideal seria
166 exatamente isso que o Carlos retratou e que o Leonildo tem em mente, quer seja para alcançar
167 municípios de maior porte, médio ou pequeno porte. Dulce informa que o Decreto nacional tem previsão
168 de suprimimento das despesas do comitê financiadas pelo Governo Federal. Por fim o **Comitê decide que**
169 **lhes seja enviado por e-mail a cópia do Plano Estadual da Política do Ceará, para eles estudarem.**
170 Antes de passar ao próximo ponto de Pauta, Dulce continua agora com outro assunto, diz que quer pedir
171 autorização do CIAMP, explicando que o plano de trabalho 2019 verifica-se que algumas ações previstas
172 ainda não foram cumpridas e pede autorização do comitê pra poder fazer um item que está previsto no
173 plano de trabalho. No eixo 1 divulgação e fortalecimento da política para a população em situação de
174 rua, fortalecer a atuação do CIAMP e estimular a formação de comitês municipais por meio de parcerias
175 junto aos conselhos, articulação municipais, divulgar o CIAMP junto aos conselhos estaduais, na meta 1
176 diz: divulgar e apoiar na implantação de comitês em três municípios Cascavel Ponta Grossa e
177 Paranaguá, Dulce solicita autorização para enviar ofício a estes e a outros mais, que são: Guarapuava
178 porque já teve uma conversa com o prefeito e com o secretario da assistência social então já tem uma
179 porta entreaberta, Palmas porque já tiveram entrevista orientativa com o secretário municipal da
180 assistência social, Colombo que alguns técnicos da área disponibilizaram o município para realizarmos
181 uma reunião ampliada do CIAMP Estadual, mais Apucarana e Almirante Tamandaré. Entende que valeria



182 a pena acrescentar esses municípios que não estavam previstos – **Solicitação aprovada. 5. Relatório**
 183 **da UNINTER sobre o CADÚNICO POPRUA:** A Prof^a. Neiva professora da UNINTER fala sobre o
 184 projeto de pesquisa e extensão sobre a população em situação de rua, relatando que a ideia do
 185 levantamento de dados pelo Cadastro único do Governo Federal porque ao ver o resultado dos dados do
 186 questionamento do inverno solicitado aos municípios de maior porte e que tinham enviado ao CIAMP, a
 187 pedido deste, quando foram apresentados, foi percebido que muitos dados do cadastro único não
 188 estavam presentes. A própria professora disponibilizou-se fazer o levantamento com seus alunos, com a
 189 proposição de fazer um levantamento geral dos 399 municípios, para apresentar ao CIAMP, porque
 190 assim teríamos um panorama geral do Estado. Neiva explica que já está bem discutido, e sabemos que
 191 não temos o censo, e isso não significa que todas pessoas em situação de rua estejam cadastrados no
 192 cadúnico. A gente sabe que não. Mas são dados que existem e que valem a pena ver o que eles estão
 193 revelando. Então é a partir daí que a equipe trabalhou. O trabalho de pesquisa foi feito a partir de dados
 194 públicos, são dados que qualquer cidadão a qualquer momento pode utilizar. Existe possibilidade de
 195 requerer outras bases de dados, mas foi feita essa opção por ser mais prático, mais rápido e qualquer
 196 pessoa pode acessar. A partir do relatório de informações sociais, foi trabalhado com o estado do
 197 Paraná, agosto e setembro de 2019. Ao invés de baixar todos os dados depois lançar na planilha, a
 198 equipe fez ao mesmo tempo online. E no meio do trabalho rodou o mês. Então e por essa razão que tem
 199 alguns de agosto outros de setembro; tem alteração de alguns dados mais não é tão significativa de um
 200 mês pro outro. Os dados trabalhados para formar a planilha foi do número de famílias cadastradas, a
 201 faixa de renda dessas famílias, o número de famílias beneficiárias do bolsa família, e o número de
 202 famílias cadastradas que são POP Rua. Existe a possibilidade se a gente requerer os dados por pessoa
 203 mas não são dados públicos, os dados públicos é por família, então foi trabalhado pelo número de
 204 família. As famílias cadastradas que são caracterizadas POP RUA em geral o número é muito parecido,
 205 como nesse setor é mais específico pode-se entender um número muito semelhante, já na sua linha de
 206 forma geral e operado pouco pois o número de integrantes de famílias é maior. Porque o cadastrado e
 207 porque o beneficiário? Porque o cadastro único não é só para o programa bolsa família, nem todo
 208 mundo que está cadastrado no cadastro único recebe, foi feita análises comparativas nesse sentido.
 209 Alguns dados preliminares: total de famílias cadastradas no Brasil, no Paraná e em Curitiba o que foi
 210 trabalhado foram os percentuais, com relação ao total de famílias que são caracterizadas como poprua,
 211 frente a todas as outras famílias cadastradas no Brasil é 0.47%, total de famílias consideradas poprua,
 212 frente a todas as outras famílias cadastradas no Paraná 0.63%, e em Curitiba 2.1%. Se for feita uma
 213 análise de famílias que são beneficiárias do programa bolsa família, temos o total de famílias que são
 214 caracterizadas poprua e que recebem o programa bolsa família em relação as demais 0.64% no Brasil,
 215 1.41% no Paraná e 4.99% em Curitiba capital do estado. Só isso já indica um alerta para a política
 216 pública, no momento que é trabalhado com bolsa família para as beneficiárias é só 0.64% ou seja
 217 praticamente metade de 1%. A pessoa caracterizada como POP RUA muitas vezes não vai ser
 218 priorizada, corre o risco de ficar esquecida, então esse número tão pequeno revela um pouco dessa
 219 invisibilidade também da população em situação de rua com relação ao benefício do programa bolsa

220 família. Do paraná o indicador um pouco maior  de Curitiba, chegando perto do 5 %, o que d uma
221 visibilidade um pouco maior. Com relação ao paraná, tem-se 7.702 famílias em situação de rua
222 cadastradas, e 4.278 famílias recebendo o benefício do programa bolsa família, é um numero
223 significativo. Uma das representantes relata que tem uma pesquisa do IPEA de 2017 que diz que 46 %
224 da população em situação de rua tem cadastro nico. A professora Neiva apresenta alguns grupos em
225 sua pesquisa, informando que 162 municípios não tem cadastro, então pode ser que o município não
226 tenha mesmo a população em situação de rua ou que ele não reconheça. Em algumas dessas pesquisas
227 que foram feitas, alguns alunos ligaram para perguntar se tem população em situação de rua, e o gestor
228 da assistência no município falou que não há pessoas em situação de rua, somente migrantes. Explica
229 que no contexto, a pessoa estava em todas as situação de acordo com a política nacional de uma
230 pessoa em situação de rua, mas são porque ela não  nascida ali, o município a caracteriza como
231 migrante para não considerar a pessoa em situação de rua. Portanto o bloco de 162 municípios que não
232 tem nenhum cadastro ao mesmo tempo que pode não ter essa demanda pode também não assumir a
233 existência desta demanda. Talvez seja possível agrupar estes municípios por Escritório Regional, para
234 que os escritórios possam olhar para esses municípios e tendo a oportunidade de perguntar, se
235 realmente não tem? E se tem, porque não estão cadastrados? São possibilidades. Neiva não chegou
236 fazer a comparação com o numero de habitantes daqueles que não tem. Dos municípios que tem pelo
237 menos um, são 59%, 237 municípios. Como eles estão distribuídos até 50, entre 1 e 50 são 217
238 municípios. Com uma incidência maior são seis municípios que estão pontuados, e que tem mais de 50
239 até 100, então 51 até 100 cadastradas: Piraquara, Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Guaratuba,
240 Campo Mourão, Colombo, Araucária, Paranaguá e Pinhais. A maioria destes municípios pertencem à
241 Região Metropolitana de Curitiba. Com a incidência de 101 a 150 de cadastros, no norte do Estado
242 temos Cambé, de 151 a 200 cadastros Umuarama e Arapongas, 201 a 250 cadastros Foz do Iguaçu,
243 251 a 300 São José dos Pinhais, 300 a 350 Ponta Grossa, 351 a 400 Apucarana, a partir de 450 até 500
244 Maringá e mais de 500 Londrina com 650 cadastros e Curitiba com 2.343 cadastros. Sobre a pesquisa
245 da professora Neiva pode-se analisar muita coisa, por exemplo, a questão da região metropolitana,
246 alguns municípios do norte do estado que concentram estrategicamente essa população. A professora
247 Neiva fez um Ranking de 1 a 20 dos que tem o maior número de cadastros e um Ranking de 1 a 20 de
248 quem tem a maior população estimada de acordo com o IBGE. Curitiba Londrina e Maringá estão iguais
249 tanto em quantidade de cadastros quanto em população e tem alguns municípios que fogem a regra por
250 exemplo Apucarana, é o município em 12 lugar em quantidade de habitantes e em 4 no número de
251 cadastrados no programa bolsa família, Arapongas esta em 14 população estimada, e 9 em cadastros,
252 Umuarama em 19 população estimada e 10 em cadastros. E tem outros municípios que nem
253 chegaram a estar no ranking dos 20 mais de população estimada, Campo Mourão, Guaratuba e
254 Piraquara, estes já estão a frente pela quantidade de cadastros. Pelo contrario, Colombo e Campo

37
38
39

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

255 largo, estão mais a baixo. Colombo em 15 ° no cadastro e 8° em população estimada, Campo Largo em
256 18° nos cadastros e população estimada 13°. Ou seja, tem um valor estimativo e proporcional de mais
257 população do que de cadastros. São pontos que chamam atenção. Outrossim, Guarapuava, Toledo e
258 Almirante Tamandaré, tem um número grande de população e não tem cadastro. Foi feito também o
259 percentual de famílias em situação de rua cadastradas no programa bolsa família em relação ao numero
260 total de famílias 10,37% Apucarana, Arapongas 6,91%, Umuarama 5,25%, Curitiba 4,99%, Maringá
261 4,85%, Astorga 3,80%, Cascavel 3,80%, Mandaguari 3,76%, Porecatu 3,17%, Itambé 2,86%, Formosa
262 do Oeste 2,84%, Medianeira 2,82%, Londrina 2,50%, Paranaguá 2,47%, Cambé 2,40%, Guaratuba,
263 2,36%, São José dos Pinhais 2,30%, Ivaiporã 2,24%, Toledo 2,16%, Ibiporã 2,05%. No Brasil o
264 comparativo é 0.64%, e no Paraná 1.41%. Então todos estes que estão no ranking, estão acima da
265 média do Brasil. São 71 municípios que foram identificados com 100% de famílias em situação de rua
266 beneficiarias do programa bolsa família, chamou atenção lugares onde tem famílias em situação de rua
267 cadastradas mais nenhuma recebe, talvez tenha algum outro benefício, talvez não, também qual a
268 justificativa dessas pessoas em não estarem recebendo? Outro ponto que preocupa é das famílias
269 cadastradas, onde menos de 50% recebem, exemplo Sarandi 29 famílias estão cadastradas e apenas 12
270 recebem. Mas também temos bons percentuais, exemplo Ibiporã, 47 famílias cadastradas, 37
271 recebem. Londrina 650 cadastros, 461 recebem. Arapongas 197 cadastros 144 recebem. Paranaguá
272 142 cadastros, 106 recebem. Araucária 124 cadastros, e 87 recebem. Fazenda Rio Grande 55 cadastros
273 e 40 recebem, neste, mais de 70% da população cadastrada recebendo o bolsa família. A profª Neiva
274 encerrou sua apresentação colocando-se à disposição, caso houvessem algumas dúvidas. Em não
275 havendo nada mais a tratar, a Sra. Dulce Darolt encerrou a reunião. Transmissão feita por Emily do
276 Nascimento Oliveira. Revisão feita por Dulce Darolt.